

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Director: António Lima Coelho • 0,75 € • Ano XXXIV • Janeiro / Fevereiro / Março 2025 • Nº 127

NOVA EQUIPA - OS MESMOS OBJECTIVOS! **Tomaram Posse os Novos Órgãos Sociais da ANS**



Pág.2

**O 31 de Janeiro é o
Dia Nacional do Sargento,
Quer Queiram, ou Não!**

Páginas 8 e 9

**Portugal Viola
a
Carta Social Europeia**

Pág.12

**Palestras nas Unidades
a ANS
junto dos Sargentos**

Pág.5



EDITORIAL

Novos Órgãos Sociais! Os Mesmos Objectivos!

Saídos que estamos de um dos actos mais significativos da vida democrática da nossa associação, as eleições para os órgãos sociais, uma nova etapa se nos coloca, na exaltante caminhada encetada há quase 36 anos atrás.

Tal como as anteriores, também esta, não se avizinha nada fácil, mas também como no passado saberemos enfrentar colectivamente, com confiança, determinação e unidade os ataques à condição militar, aos nossos direitos e à própria instituição militar.

Estes Órgãos Sociais eleitos para o biénio 2025/2026, na Assembleia Geral Eleitoral que decorreu no passado dia 1 de Fevereiro, sendo um misto de experimentados dirigentes e de muitos jovens camaradas que, pela primeira vez, integram os Órgãos Sociais, dão-nos as garantias de que assim será.

Mas, como dizíamos, os tempos não vão ser fáceis!

No dia anterior, tivemos conhecimento que, mais uma vez, o Parlamento havia rejeitado o reconhecimento formal do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” com os votos contra dos grupos parlamentares do PSD, PS, CH, IL e CDS-PP. No próprio dia 31 de Janeiro. Simbólico e requintado... entre tantos outros problemas que afectam os Sargentos.

Os ataques contra a Condição Militar são agora muito mais dissimulados. Sob a forma de se “estarem a resolver os problemas, com maiores aumentos como nunca houve...com a inversão da atractividade e retenção...com a valorização dos militares...com a aquisição de mais meios e equipamentos...com mais e melhor habitabilidade...etc”, o governo, tal como os anteriores, não dá tréguas. Se partem do princípio que nos vencem pelo cansaço, então, se é isso que pensam, bem se podem desiludir. A renovação efectuada nos nossos Órgãos Sociais, traz sangue novo, novas energias, mas a mesma vontade de defender os princípios de sempre – a dignificação da Condição Militar.

Entre secretismo e “surgimento de projectos”, o processo de alteração do EMFAR segue caminho, sem que a Lei Orgânica nº 3/2001 de 29 de Agosto, a Lei do direito de associação profissional dos militares, seja devidamente respeitada, sendo esta, aliás uma das marcas desta tutela política. Bem pode o ministro afirmar em cerimónias oficiais ou na comunicação social, longe da possibilidade do contraditório,

que já reuniu com as associações, que tais afirmações por mais que repetidas, não alteram a realidade – o ministro não cumpriu cabalmente a lei orgânica citada. O Comité Europeu dos Direitos Sociais, organismo independente de fiscalização, em resposta a uma queixa apresentada pela Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares (EUROMIL), considerou que Portugal viola a Carta Social Europeia (que assinou e ratificou) exactamente por não reconhecer os direitos de representação e negociação efectiva aos seus militares.

O IASFA, obra de Acção Social Complementar conseguida e sustentada por gerações e gerações de militares, detentor de um vasto património, está longe de cumprir a sua missão primária: a acção social complementar. A ADM, corpo estranho imposto a este Instituto, não responde às necessidades dos beneficiários protocolados, num desrespeito flagrante do estipulado na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, Lei nº 11/89 de 1 de Junho, e em vigor! A fusão dos hospitais militares num só - HFAR - tem-se revelado um desastre. Hoje, no apoio na doença aos militares e suas famílias, paga-se mais para ter piores serviços.

Em todas estas situações, tal como no passado, saberemos encontrar as formas

de resistir, defendendo os nossos direitos, através da mera denúncia ou em acções com outro tipo de visibilidade (de dimensão e geometria variável), ora tomando a iniciativa, ora participando solidariamente com todos os que tenham os mesmos objectivos que nós, numa vontade inquebrantável de defender o que por direito nos pertence.

Para podermos ter êxito nestes objectivos há três factores que são determinantes: a confiança de que é possível vencer, a determinação na concretização das decisões e a unidade na acção!

A forma como decorreram as comemorações do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” é demonstrativa, sem equívocos, de que estes factores estão bem presentes nos Sargentos de Portugal.

Estas comemorações realizadas em todos os locais onde se encontram Sargentos, no país e no estrangeiro, num significativo número de unidades e estabelecimentos militares, com a anuência e participação dos comandos, derrotam a tese, estafada e sem sentido, de que o reconhecimento oficial do 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento afectaria a coesão e disciplina nas Forças Armadas. A prática vivida demonstra precisamente o contrário. Nas unidades onde o dia foi assinalado, o reforço da coesão e da disciplina é inconteste. Os arautos da desgraça, os mesmos que diziam que se o associativismo militar viesse a ser reconhecido seria o fim das Forças Armadas, mais uma vez vêm as suas teses derrotadas, contribuindo eles

sim para a sua descaracterização e destruição. O reconhecimento formal e oficial do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” será sempre um contributo para a dignificação do ser-se Sargento e para o reforço da coesão e disciplina militar. Continuaremos a pugnar para que a Assembleia da República venha a fazer esse justo e merecido reconhecimento. Porque para nós já o é – Quer queiram, quer não!

Se relativamente ao associativismo militar, hoje, não existem dúvidas de que o seu reconhecimento foi uma combativa e preponderante força de defesa da instituição militar, é, no entanto, evidente que se verifica ser manifestamente insuficiente no quadro actual. Importa dar o salto e avançar para uma realidade social diferente e abrir a porta a mecanismos que permitam representar colectivamente os associados em assuntos de interesse económico, profissional e social, e a processos que permitam a negociação efectiva através de acordos colectivos com vínculos.

Conscientes da realidade onde assentam as nossas vidas, das contrariedades e dos obstáculos que temos que enfrentar, seguiremos o nosso caminho, a nossa dignidade. Portugal e as Forças Armadas, que servimos, não só o merecem como o exigem. Dignidade tem quem por ela se bate com coragem e denodo. Sabemo-lo que assim é, por isso não regatearemos esforços.

São novos os Órgãos Sociais, mas são, inequivocamente, os Mesmos Objectivos!



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do Artigo 9º, dos números 1 e 2 do Artigo 10º dos Estatutos da Associação Nacional de Sargentos, convoco os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Leopoldo de Almeida, 5 B, Lumiar, em Lisboa, no dia 31 de Março de 2025, Segunda-feira, pelas dezassete horas e trinta minutos (17H30), com o objectivo seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do Ano de 2024;
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o Ano de 2025.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do Artigo 11º dos Estatutos.

Lisboa, 7 de Março de 2025

O Presidente da Assembleia Geral

Lúis Manuel Marques Bugalhão



ELEIÇÕES PARA 2025/2026

Assembleia Geral Eleitoral da ANS

Os sócios foram chamados a eleger os Órgãos Sociais para os próximos dois anos. A Lista A, única concorrente, composta por 31 camaradas que se comprometem a gerir os destinos da ANS no próximo biénio, foi eleita. A Tomada de Posse efectuou-se a 23FEV2025.



As eleições para os Órgãos Sociais (OSs) da ANS realizaram-se, para o voto presencial, no passado dia 01 de Fevereiro de 2025, durante as comemorações do Dia Nacional do Sargento em Lisboa. A votação decorreu com normalidade, como é hábito, durante as comemorações centrais do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento, em Lisboa. Para o voto por correspondência, por razões que se prendem essencialmente com os atrasos de envio e entrega de correio dos CTT, o período de votação estendeu-se desde a 2ª quinzena de Janeiro de 2023 até ao dia 7 de Fevereiro de 2025, sendo considerados os votos com carimbo dos CTT até 31JAN2025.

A Lista A (ver constituição na tabela), única concorrente, **foi eleita com 275 votos, num total de 372 votantes, tendo sido contabilizados 1 voto em branco e 96 votos nulos**. Este inusitado número de votos nulos, todos enviados por correspondência, mais uma vez e à semelhança de eleições anteriores, deve-se ao facto de não terem sido seguidas as instruções enviadas: todos os votos nulos se deveram a envelopes RSF expedidos sem identificação do sócio.

Apurados os resultados, houve que dar posse aos camaradas eleitos. Foi o que fizeram, no passado 23JAN2025, no Lagar da Quinta de São Vicente, Junta de Freguesia do Lumiar, em Lisboa, em cerimónia formal e pública, com alguns camaradas a assumirem o Compromisso de Tomada de posse por videoconferência, como já havia sido feito no acto eleitoral de 2023. Nesta cerimónia singela, mas plena de significado, estiveram presentes várias entidades convidadas e, muito importante, as famílias dos empossados. Como referido em várias intervenções, as famílias dos Dirigentes da ANS também 'vestem uniforme'. Vestem-no porque têm um Sargento na família, e vestem-no também porque estão conscientes de que cada eleito

retirá tempo à família para o usar na actividade associativa.

Como convidados estiveram representantes das três Associações Socioprofissionais de Militares, da Presidência da República, do MDN, do Grupo Parlamentar do PCP (o único GP presente), do EMGFA e dos Ramos (representados em alguns casos pelos respectivos SMOR's assessores), do IASFA, do Clube do Sargento da Armada, do Clube de Praças da Armada, da Associação 25 de Abril, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, da Associação Conquistas da Revolução, da ASPP/PSP, do SMMP, da Associação de Fuzileiros, da Associação dos Comandos, da Associação Pupilos do Exército, da APG/GNR, da Frente Comum e da CGTP-IN.

A cerimónia ficou marcada pela posse de João Mata, SAJ da Força Aérea, como Presidente da Direcção, uma mudança significativa, uma vez que rende no cargo o camarada António Lima Coelho. Naturalmente, as intervenções dos convidados incluíram essa referência maior nas suas mensagens. E há outro facto a destacar, nesta lista eleita: toda a cúpula da Direcção, Presidente e Vices, é constituída por camaradas do Activo, o que já não acontecia há alguns anos.

É agora tempo de trabalho. João Mata, na sua intervenção, apontou o caminho: 'Esta é uma casa de união, de partilha e de luta por uma causa maior [... e afirmo] a nossa total disponibilidade e empenho para honrar a confiança que nos foi depositada. Contamos, também, com todos vós para as batalhas que aí vêm, porque a nossa união é a nossa força.'

'Quão difícil nos temos movido', é certo. Mas continuaremos a, estamos a, mover-nos.

Luís Bugalhão ▲

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ÓRGÃOS SOCIAIS DA ANS BIÉNIO 2025/2026



ASSEMBLEIA GERAL

Cargo	Posto/Nome	Sócio	Ramo
Presidente	SMOR Luís Manuel Marques Bugalhão	2622	MAR
V. Presidente	SMOR Vitor Manuel de Almeida Marques Alves	5769	EXE
Secretário	SAJ José Pedro Pereira Araújo	6727	FAP
Vogal	SMOR José Paulo Gonçalves Leitão	2574	EXE
Vogal	SAJ José Filipe Dias Castro	6756	EXE

CONSELHO FISCAL

Presidente	SMOR José Carlos Nunes Correia Galvão	5145	EXE
Secretário	1SAR Nelson Manuel Moedas Bento	6299	MAR
Relator	SCH Francisco António Leite de Oliveira Silva	4289	EXE
Vogal	SCH Rui Jorge Rio dos Santos	3329	EXE
Vogal	SCH Horácio José Alves da Silva Pinheira	5598	FAP

DIRECÇÃO

Presidente	SAJ João Pedro Pereira da Mata	6855	FAP
V. Presidente	SCH Carlos Alberto dos Santos Colaço	6134	EXE
V. Presidente	SAJ Rogério Lopes da Graça	6573	MAR
V. Presidente	SAJ Fernando Luís Grenho Silva	6505	FAP
Tesoureiro	SAJ José António Gouveia Pereira	3361	FAP
Secretário	SCH António Horácio Lima de Assunção	4874	EXE
Secretário	1SAR Arlindo Vieira de Almeida	6589	MAR
Secretário	SAJ Miguel Duarte Fidalgo Moita	6331	FAP
Vogal	SAJ Joaquim Rebelo Torres	4721	EXE
Vogal	SAJ Rui Manuel de Ornelas Maricato	4439	MAR
Vogal	1SAR Alice Maria da Silva Moreira	6453	FAP
Vogal	SAJ José Duarte Nóbrega Mendes	6448	EXE
Vogal	SAJ Rui Manuel da Costa Portela Ribeiro	6722	MAR
Vogal	2SAR Caio Cezar Medeiros Pardim	7000	FAP
Vogal	SAJ Hélder Renato Queirós da Costa	6751	EXE
Vogal	2SAR Pedro Miguel Rodrigues dos Santos	6817	MAR
Vogal	SCH Francisco José Carvalho Rolo	4933	EXE
Vogal	SAJ Óscar André Monteiro Calado	6875	EXE
Vogal	2SAR André Daniel Domingos Orvalho Coelho	6985	MAR
Vogal	SAJ Renato José Isabel Bernardino	6852	EXE
Vogal	1SAR João Luís Santos Pereira	7007	EXE



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA ANS



Caros associados,

Foi com um profundo respeito pelo legado que herdaram dos Sargentos fundadores desta causa que os novos Órgãos Sociais iniciaram as suas funções no passado dia 23 de Fevereiro, respeito esse que se constituirá como uma linha orientadora para o próximo biénio.

A mudança de caras nos Órgãos Sociais da Associação Nacional de Sargentos (ANS) é uma constante em todos os actos eleitorais, porém, este ano, essa mudança chegou à liderança do seu órgão executivo, a Direcção, após mais de duas décadas de uma imaculada prestação, pautada por uma dedicação inexcelável, por parte do nosso camarada António Lima Coelho. Assumindo eu a liderança deste órgão, não posso deixar de referir que esta será uma missão que exigirá de nós dedicação, coragem e compromisso para com todos vós,

que continuais a confiar na vossa Associação para representar os legítimos interesses dos Sargentos das Forças Armadas.

Ao longo das últimas três décadas e meia, a ANS construiu um caminho de resistência e conquistas e enfrentou os mais diversos desafios sob as decisões de Direcções firmes e comprometidas. Esta nova Direcção, e seguramente também estes novos Órgãos Sociais, está ciente da responsabilidade que lhe foi confiada e da necessidade de dar continuidade a esse percurso! Honrar aqueles que lutaram antes de nós isso exige! Cientes do caminho percorrido, mas também dos desafios que se avizinham, continuaremos a resistir e a lutar, sempre com a mesma seriedade, transparência e firmeza que caracterizam a nossa Associação, porque:

- Continuamos a enfrentar regulamentos injustos, com especial destaque para o Regulamento de Avaliação do Mérito, um Regulamento de Disciplina Militar a carecer de actualização, um regime remuneratório obsoleto que carece de uma revisão urgente, justa e profunda ou a ausência de um justo reconhecimento da formação académica dos Sargentos;

- Vários dos nossos camaradas continuam a permanecer no mesmo posto por períodos a rondar as duas décadas, camaradas mais jovens são relegados para funções de posto inferior e dos camaradas mais experientes, os que desempenham funções de posto superior não veem essa condição reconhecida formalmente, ficando privados da devida compensação remuneratória e

funcional;

- Continua a imputar-se aos militares os custos da sua saúde, 14 vezes ao ano, quando tal é, claramente, uma responsabilidade do Estado que os quer permanentemente disponíveis para o serviço. Ainda assim, a saúde militar degrada-se dia após dia: no HFAR os militares enfrentam tempos de espera inaceitáveis em diversas especialidades e a rede protocolar não assegura estabilidade na manutenção das convenções com o IASFA.

A lista é bem mais longa, e conflui num contínuo desrespeito pelo nosso real valor enquanto cidadãos que juraram dar a sua própria vida para a salvaguarda da soberania nacional! A luta não vai ser fácil, mas se fosse fácil não seria para Sargentos!

O trabalho dos novos Órgãos Sociais já se iniciou. Ao nível organizacional estamos a trabalhar em estratégias de agilização do nosso funcionamento com vista ao incremento da capacidade de resposta e, com o apoio dos mais jovens dirigentes, esperamos alcançar as suas faixas etárias e sensibilizá-las para a importância do associativismo profissional dos militares, captando novos sócios e preparando um efectivo humano que assegure a continuidade destes quase 36 anos de existência da ANS! Quão difícil os nossos antecessores se moveram, e quão difícil nos teremos de mover. Porém, esta é uma obra que não pode parar!

24 anos depois da promulgação da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto, a Lei do direito ao associativismo profissional dos militares, para além de ser evidente

que as tutelas raramente a cumpriram integralmente, torna-se claro que o que lá está plasmado é, aos dias de hoje, manifestamente curto! Pugnaremos pela alteração legislativa necessária que permita a representação jurídica dos nossos associados em sede de contencioso e a participação efectiva na negociação colectiva com decisões vinculativas. Acreditamos que dessa forma os legítimos interesses dos Sargentos de Portugal e das suas famílias serão bem melhor defendidos por nós!

Olhando para o universo dos Sargentos Portugueses, somos obrigados a assegurar o respeito por todos eles, sócios ou não sócios, na efectividade de serviço, na Reserva ou na Reforma, novos ou Antigos Combatentes! Todos eles merecem o nosso suor na luta contra todas as injustiças e garantir que a sua voz é ouvida e respeitada em todas as instâncias é o mínimo a fazer por quem tanto deu, tem dado e continuará a dar pela soberania nacional! Afinal, a ANS é uma casa de união, de partilha e de luta por uma causa maior: a valorização da nossa condição e do nosso papel nas Forças Armadas e na sociedade.

Camaradas, a disponibilidade destes novos Órgãos Sociais é total, assim como o nosso empenho para honrar a confiança que nos foi depositada. Porém, bem mais difícil será a luta sem a força de cada um de vós! Contamos, por isso, com a vossa força para as batalhas que aí vêm... para dar continuidade a esta caminhada de quase 36 anos, honrando os nossos antecessores, com os olhos postos no futuro!

João Mata ▲

Associação Nacional de Sargentos

Uma organização ao serviço dos Sargentos de Portugal

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de “Cidadãos em Uniforme”, e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o “espartilho” criado pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates!

E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!



**“Associa-te!
Vem dar mais força
à força dos Sargentos
de Portugal”!**



Palestras nas Unidades

A ASSOCIAÇÃO E OS SARGENTOS

Desde finais de 2024, até ao fim das comemorações do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento, a ANS visitou seis Unidades do EMGFA, do Exército e da Força Aérea, desta vez com deslocações à Madeira e aos Açores.

Onde quer que os camaradas solicitem, seja em que Ramo e Unidade for, estas sessões, para apresentação da ANS e do seu papel no contexto socioprofissional militar português, têm servido para aproximar os dirigentes dos Sargentos, cujos problemas e aspirações são a base de trabalho da Associação.

Por ordem cronológica:

- 12DEZ2024 – Base Aérea nº 1, em Sintra;
- 17DEZ2024 – Estado-Maior General das Forças Armadas, em Lisboa;
- 09JAN2025 – Centro de Tropas de Operações Especiais, em Lamego;
- 21JAN2025 – Academia da Força Aérea, em Sintra;
- 24JAN2025 – Regimento de Guarnição nº 3, no Funchal;
- 14FEV2025 – Regimento de Guarnição nº 1, em Angra do Heroísmo.

Superiormente autorizadas pelo EMGFA e por todos os Ramos, estas sessões visam apresentar, esclarecer, desmistificar e promover o associativismo socioprofissional de Sargentos junto da sua massa, mas também junto dos Comandos das Unidades, uma vez que são sempre apresentados cumprimentos aos Comandantes ou seus representantes. Possibilitam ainda apresentar as matérias prioritárias para a actividade da Associação, ligando-as com as dúvidas e questões dos camaradas, por forma a adaptá-las à realidade vivida no terreno.

Em todas as palestras é sublinhada a importância da organização e criação de redes de delegados nas Uni-

dades, e que estas redes informem a Direcção sobre os problemas que os camaradas sentem naquela Unidade. Apesar das visitas serem coordenadas com os Adjuntos do Comandante das Unidades, e embora estes tenham um papel importante na divulgação do trabalho da Associação, é fundamental haver outros camaradas a trabalharem na área socioprofissional.

O papel dos delegados é um papel essencial e não exige nada de extraordinário. Aos camaradas, reforça-se a ideia de que é necessário procurar activamente a informação sobre as suas vidas profissionais. A ANS tem feito um esforço para disponibilizar essa informação pelas mais diversas vias (nomeadamente nas redes sociais) das quais se destaca o nosso órgão oficial, *O Sargento*, através de notícias, comunicados, estudos, etc, divulgando massivamente a sua actividade. Os delegados devem corresponder, consultando os documentos que elaboramos e dando conta das suas dúvidas, comentários ou sugestões. O ‘caminho’ inverso também é importante, ou seja, é com base na informação que chega do terreno que os dirigentes podem enriquecer documentos, marcar iniciativas, dar aconselhamento, etc, e é aqui que o delegado encontra a sua outra vertente no trabalho associativo.

União, organização, perseverança e algum trabalho. Para além do esclarecimento do que é a ANS, é isto que, nestas visitas, se leva, como objectivos, aos camaradas. Para que o colectivo seja mais forte.

Luís Bugalhão ▲



Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios pro-

puserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for

o caso, para tomarmos uma decisão adequada. Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em

www.ans.pt

ou no Facebook em

www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

- RIVA OFFICE
- MORAIS & ASSOCIADOS- SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA

- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA
- AMERICANA -PAPELARIA SA (LEIRIA)

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmacias-progresso.pt)
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL

- ÓPTICA BERNA

- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZ UM “LIKE” NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM [WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos](https://www.facebook.com/ANSargentos)
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT



Novo Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos



O Sargento-Mor José João dos Santos Pereira nasceu em Sintra, em Agosto de 1968.

Em Setembro de 1989 ingressou na Força Aérea Portuguesa, na Base Aérea nº 3, em Tancos, para o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, tendo jurado bandeira a 27 de Outubro de 1989.

Em 15 de Dezembro de 1989 completou a Preparação Complementar e Técnica CFP/SEN AMA, tendo sido colocado na Academia da Força Aérea (AFA), onde passou a desempenhar funções na Secretaria do Comando.

Iniciou o Curso de Formação de Sargentos em Setembro de 1991, ingressando no Quadro Permanente em 28 de Julho de 1994. Foi colocado na AFA, desempenhou funções na Esquadrilha de Pessoal. Passou a desempenhar funções de Adjunto do Chefe do Gabinete do Comando em Janeiro de 1995, em acumulação com as funções de Delegado de Segurança em Terra.

Em 16 de Outubro de 2017, foi colocado na Direção de Pessoal (DP), onde desempenhou funções na Avaliação do Mérito da Repartição de Carreiras e Promoções.

Em 19 de Fevereiro de 2018, foi colocado na Unidade de Apoio de Lisboa (UAL), desempenhando funções na Secretaria em acumulação com funções no Gabinete do Comando da Unidade. Durante este período foi Porta-Estandarte da UAL.

Após a conclusão do Curso de Promoção a Sargento-Chefe, em Julho de 2019, frequentou e concluiu o *NCO Advanced Leadership*, na *NATO School, Oberammergau*, Alemanha.

Mantém desde essa data a colaboração com o Curso de Promoção de Sargento-Chefe, onde, para além de palestras sobre Metodologia de Investigação e Gestão de Conflitos, se incluem diversas temáticas sobre a carreira dos Sargentos.

Após a promoção ao posto de Sargento-Chefe, em 26 de Setembro de 2019, foi colocado no Comando de Pessoal (CPESFA), onde desempenhou as funções de Chefe da Secretaria do CPESFA.

Em Setembro de 2021, foi colocado no Gabinete do Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Paris, onde desempenhou funções que abrangem o apoio às Forças Armadas Portuguesas em França, em Itália, na Grécia e nos Países Baixos.

Em 01 de Novembro de 2024, regressou ao CPESFA, onde passou a desempenhar as funções de Chefe de Secretaria.

A 02 de Janeiro de 2025, a convite do General CEMFA, assumiu as funções de Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos.

Da sua folha de serviço constam diversas Condecorações, Louvores e Menções Honrosas.

É licenciado (Pré-Bolonha) em Arquitetura pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Em 27 de Dezembro tomou posse o novo CEMA



O Almirante Jorge Manuel Nobre de Sousa tomou posse em 27 de Dezembro de 2024 como Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional.

Nasceu em 1963, ingressou na Escola Naval em 1981 e foi promovido a Guarda-Marinha em 1987.

Especializado em Armas Submarinas, embarcou como Imediato nos navios patrulha “*Cacine*” e “*Cunene*”, como Chefe de Serviço nas fragatas “*Comandante Roberto Ivens*” e “*Corte-Real*”, como Imediato e Oficial de Operações na corveta “*Baptista de Andrade*” e como Oficial de Operações na fragata “*Corte-Real*”. Desempenhou ainda funções no estado-maior da Força Naval Portuguesa. Na sua última comissão de embarque comandou a fragata “*Álvares Cabral*”.

Durante as comissões de embarque integrou, no quadro da NATO, por quatro vezes a “*STANDING NAVAL FORCE ATLANTIC*”, com empenhamentos nas operações “*SHARP GUARD*” e “*ACTIVE ENDEAVOUR*”, ambas a bordo de navios-almirante, e o “*STANDING NATO MARITIME GROUP 1*”, com empenhamento na operação “*OCEAN SHIELD*”, enquanto “flag-captain”. No quadro da União da Europa Ocidental (UEO), participou na operação “*SHARP VIGILANCE*” e, no âmbito nacional, na operação “*CRUZEL-RO DO SUL*”.

Em terra, serviu no Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, no Serviço de Informação e Relações Públicas, no Centro de Instrução de Tática Naval, sendo responsável no Gabinete de Análise Desenvolvimento e Treino pela área de luta Anti-Submarina, e no Comando Naval como Chefe da Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação e da Divisão de Operações e, posteriormente, como Chefe do Estado-Maior. Prestou igualmente serviço na Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Armada, como Oficial Adjunto para o Planeamento Estratégico e de Forças, e no “*NATO HQ Supreme Allied Command Transformation*”, em Norfolk, como “*Branch Head Operational Command and Control*”.

Como Comodoro comandou o Corpo de Fuzileiros e, promovido a Contra-Almirante, exerceu as funções de Subchefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares. Como Vice-Almirante exerceu as funções de Comandante Naval, de Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares e de 2º Comandante Operacional das Forças Armadas.

Ao longo da sua carreira, foi agraciado com a medalha da Ordem Militar de Avis, com medalhas militares de Serviços Distintos, de Mérito Militar, da Cruz Naval, de Comportamento Exemplar, com medalhas comemorativas de comissões de serviço especiais e com medalhas evocativas de operações da NATO e da UEO.

FNDs e o negócio dos seguros de vida

Em 1996 com a publicação do Estatuto das missões de paz e apoio humanitário, os militares passaram a ver consignado o direito a um seguro para cobertura de morte ou de invalidez permanente ocorrida em serviço no decurso da missão. No entanto, a regulamentação desse seguro viria a ocorrer bastante mais tarde. Nada menos que três anos depois. A despesa associada ao pagamento da apólice corre por conta do Estado e a seguradora é escolhida por concurso internacional. O valor do prémio em caso de eventualidade está indexado ao vencimento correspondente ao posto de Capitão do primeiro nível remuneratório, incluindo o Suplemento de Condição Militar e suplemento de missão, multiplicado por 18 meses.

Fácil será compreender a desvalorização que o prémio tem sofrido ao longo dos anos uma vez que, há cerca de 15 anos, não há revisão da tabela remuneratória e as actualizações anuais têm sido diminutas, tendo permanecido congelados, durante anos, os valores dos vencimentos assim como o suplemento de missão.

Ora, perante essa desvalorização do prémio, nada mais natural que os militares que são nomeados para missões complexas, em teatros de guerra ou de perigo elevado, se sintam inseguros quanto à protecção da sua família em caso de morte ou invalidez permanente e, nesse sentido, sejam levados a subscrever coberturas adicionais, pagando do seu próprio bolso, prática que se vem consolidando há anos.



Na página de Internet do apoio social do Exército podemos ler:

“Os militares podem aderir aos seguintes tipos de seguros (duas modalidades):

- Seguro de vida não contributivo. É obrigatório e suportado pelo MDN.

- Seguro de vida contributivo. É facultativo e adicional ao seguro obrigatório sendo suportado pelos militares, individualmente.”

Ora, é fácil perceber que tem assim vindo a ser aberta uma oportunidade de negócio para as seguradoras e seus angariadores. Não bastasse já a despesa de 1.000.000€ suportada pelo MDN para a cobertura de 1700 militares durante os últimos 4 anos, necessitam ainda os vendedores dos seguros (alguns deles militares, com fácil acesso às unidades e aos segurados) de ter publicidade do Estado para que os militares em missões de paz subscrevam apólices que, em última análise, deveriam ser suportadas na sua totalidade pelo Estado.

Por outras palavras, “fazem o mal e a caramunha”, como diz o ditado popular.

Torna-se evidente que está mais que na hora de alterar o valor das coberturas para níveis que proporcionem segurança e tranquilidade aos militares que partem para missão, sem necessidade de subscreverem apólices adicionais que lhes causam despesas que não lhes seriam atribuíveis e que, em caso de fatalidade, sabemos bem as dificuldades que irão enfrentar para receber a indemnização, pois, é do conhecimento público, todos os artificios e estratégias que a generalidade das seguradoras usam para não cumprir as suas responsabilidades.

Por favor, não façam da vida dos militares um negócio!

Haja respeito por aqueles que tudo dão para o cabal cumprimento das missões!



31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento em Lisboa

Celebração e Luta

A sessão evocativa do Dia Nacional do Sargento e almoço comemorativo em Lisboa decorreu na Casa do Alentejo. Na presença de cerca de 120 camaradas e convidados, foi lida a Intervenção Comum, tal como nas outras cerca de 20 localidades do país, seguida das intervenções de João Mata (candidato a Presidente da Direcção) e de António Lima Coelho.

No início guardou-se um minuto de silêncio em homenagem aos camaradas que nos deixaram.



Este ano, fim/início de mandato, e por opção de afirmação da Luta, convidaram-se apenas os Sargentos Assessores dos Chefes de Estado-maior, APM e Associações congéneres. Era uma jornada eleitoral, era uma celebração, era o Dia Nacional do Sargento!, mas, como tantas vezes antes, era a Luta que importava! No dia anterior, mais uma vez, o Parlamento havia rejeitado o reconhecimento formal do dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento, simbólica iniquidade, entre tantos outros problemas que afectam os Sargentos.

Mas também como tantas vezes antes, a sessão decorreu em ambiente de Assembleia-Geral Eleitoral, uma mudança estava a acontecer, novos Órgãos Sociais, numa natural renovação de quadros. Todo este espírito, este ano, era especial: Lima Coelho, cara e coração da ANS nas últimas duas décadas e meia, estaria pela última vez num 31

de Janeiro como Presidente da Direcção da Associação.

A Intervenção Comum, lida em todas as celebrações do 31 de Janeiro foi lida por Pedro Santos, Vogal da Direcção (cargo que mantém, apurados os resultados da votação).

Seguiu-se a intervenção do candidato a Presidente da Direcção, João Mata.



Depois de uma abordagem histórica, quer à revolta do Porto, em 1891, quer à Associação, João Mata apontou o caminho da Luta. Era inevitável. Apontou assim as dificuldades e desafios que os Sargentos têm pela frente, elencando de seguida os caminhos a tomar pelos, à data, futuros Órgãos Sociais.

Após um período atribuído às intervenções dos sócios e convidados, Lima Coelho finalizou as intervenções na mesma senda: é preciso unir, mobilizar, organizar a Luta.

A cerimónia finalizaria com a entoação do Hino Nacional, após a qual os convidados e convivas dirigiram-se à Sala dos Espelhos, onde decorreu o almoço.

Como já vem sendo hábito, ou não estivéssemos na Casa do Alentejo, também naquele dia havia outras acti-



vidades a decorrer naquele espaço. Foi assim que, de gentil surpresa, o Grupo de Cantares Alentejanos de Tires, que por outra razão ali estavam, brindou os camaradas com duas séries de Cante Alentejano (antes e depois do corte do bolo, feito por Lima Coelho e João Mata).



Um final digno para um evento que celebra a Luta contínua dos Sargentos. Com confiança no futuro e alegria na luta por melhorar esse futuro, o futuro dos Sargentos de Portugal e suas famílias.

Luís Bugalhão ▲

UM DELEGADO TAMBÉM É CIENTISTA SOCIAL!

Desde o início das comemorações associativas do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” promovidas pela Associação Nacional de Sargentos e realizadas pelos diferentes núcleos, enviei uma mensagem aos seus delegados e, podem crer, foi uma aprendizagem pelas inúmeras mensagens que me foram retribuídas descrevendo a realidade de cada núcleo.

Eis que uma dessas mensagens tocou numa temática sobre a qual já tinha efectuado alguma pesquisa, que partilhei em anterior artigo, designadamente se a mudança de situação dos militares afecta ou não a participação destes no movimento associativo.

A literatura associativa cita que “As APM’s constituem um espaço privilegiado para nutrir a relação umbilical entre os militares no activo e os militares fora da efectividade de serviço.” (Aires, 2022). Concordo!

Mas para criarmos esta simbiose importa saber como se efectua o trampolim de uma situação para a outra. Aqui verifiquei que alguns estudos referem que no fim da carreira militar, os homens e mulheres que serviram com dedicação as Forças Armadas não têm o adequado acompanhamento. Afinal, não se trata apenas de uma mudança de situação, mas sim de uma nova realidade social propícia a comportamentos ou consequências não equacionadas.

Não sendo desconhecido que o “desligar dos quartéis” transforma-se com o passar do tempo em esquecimento, talvez seja necessário fazer uma espécie de



“trabalho de campo”, ou seja, rastrear os camaradas fora da efectividade de serviço na nossa área geográfica de residência, anotando as situações familiares e sociais. Mas é preciso manter contacto? Sim! É simples e hoje em dia não tem custos.

O tempo voa, e da situação de Reserva fora da efectividade para a situação de Reforma é um “click”. Se aquilo que nos une é o associativismo, o qual é tido como uma importante forma de organização social, que pode desencadear processos para a satisfação das necessidades humanas, nenhum de nós pode ficar indiferente a uma

problemática social que é hoje de muitos camaradas, e que amanhã pode ser a nossa!

Partilho assim um exemplo a seguir, praticado pelo camarada Délio Andrade, do núcleo de Tavira, que na mensagem que me enviou citou: “O nosso núcleo de Tavira abrange praticamente todos os camaradas do Algarve, sendo mais abrangente de Vila Real de Santo António a Faro. Temos é um universo muito envelhecido. Há muitos na faixa dos oitenta anos que vão deixando de aparecer por motivos de saúde, deles ou de familiares. A maioria são dos sessenta aos oitenta. A tendência será diminuir devido à pouca rapaziada nova no activo. O nosso telefonema resulta sempre numa conversa mais longa, na maioria, de apoio a situações difíceis devido ao envelhecimento. Conseguimos normalmente a presença de quarenta a cinquenta elementos ...”.

Camaradas, se não existir uma rede de contactos, a partilha de informação transforma-se em falta de informação, de apoio social, de convívio, de camaradagem, e de presença na comemoração do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” entre os Sargentos de ontem, de hoje e de amanhã.

Estamos na era das novas tecnologias, dispomos de vários meios de comunicação, e se até temos um pacote com as nossas operadoras que nos permite efectuar ilimitadas chamadas nos telemóveis, é tão simples ser a voz amiga e solidária para com um camarada Sargento que nos ensinou a gatinhar!

Parabéns, Camarada Délio Andrade! És um delegado ANS de coração!

Um Sargento devidamente identificado ▲



Intervenção Comum, textos nos 134 anos do “31 de Janeiro”

Num ano em que várias alterações se perfilam no nosso horizonte, próximo e mais distante, estamos uma vez mais reunidos para assinalar o Dia Nacional do Sargento.

O “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” visa essencialmente homenagear os heróis da primeira tentativa de implantação da República, em 1891, de onde sobressaem naturalmente os Sargentos da Guarnição Militar do Porto que não aceitaram o “*Ultimatum*” imposto a Portugal pela coroa britânica.

A cedência do governo e da monarquia portuguesa perante este “*Ultimatum*” deixou um profundo travo de humilhação em Portugal, nomeadamente entre os militares.

Este acontecimento, aliado às más condições sociais em que vivia a maior parte da população e ao descontentamento crescente no seio dos militares, particularmente Sargentos e Praças, pela forma como as suas carreiras vinham sendo mal geridas, levou a que na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto, se tenha iniciado uma revolta levada a efeito por um movimento popular, encabeçada maioritariamente por Sargentos e Praças e apoiada pelo povo anónimo, num acto que ficou para a história como a primeira tentativa de implantação da República. Proclamou-se um governo provisório. Pela primeira vez cantou-se “A Portuguesa”, o nosso Hino Nacional!

Mas, como sabemos, a “*Revolta do Porto*” foi derrotada. Alguns dos seus operacionais

foram mortos, outros feridos. Muitos foram presos.

Sargentos e Praças foram levados a Conselho de Guerra em Tribunal Militar. Entre os 22 condenados, 14 eram Sargentos. Os Sargentos Abílio, Galho e Rocha, o Cabo Reis da Guarda Fiscal, ocupam um lugar de destaque entre os heróis desta revolta.

É para nós, motivo de enorme orgulho relembrarmos a coragem e a determinação daqueles homens, que fazem parte da nossa história e das nossas raízes.

Por tudo isto, o 31 de Janeiro é uma data com especial significado para a nossa sociedade em geral, e para os Sargentos em particular.

Hoje, passados 134 anos, apesar de a revolta ter sido derrotada, encontramos aqui reunidos para homenagear aqueles Sargentos que desencadearam um movimento que só viria a ver a sua concretização 19 anos depois, no dia 5 de Outubro de 1910, com a implantação do regime em que ainda hoje vivemos e servimos: a República!

Estas comemorações realizadas em todos os locais onde se encontram Sargentos, no país e no estrangeiro, num cada vez maior número de Unidades, Estabelecimentos e Órgãos militares, com a anuência e participação dos Comandantes, Directores ou Chefes derrotaram o falso argumento que o reconhecimento oficial do 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento afectaria a coesão e disciplina nas Forças Armadas. A prática vi-



Funchal - Madeira



Viseu



Chaves



Porto – Cemitério do Prado do Repouso



Porto



Vila Real/Lamego



Entroncamento



Lisboa – Sessão Comemorativa



Évora



Abrantes



Lisboa



o lido em todos os locais, o – Dia Nacional do Sargento”

vida demonstra exactamente o contrário. Nas unidades onde o dia é assinalado, o reforço da coesão e da disciplina é incontestável.

Já não há razão para existirem dúvidas de que o reconhecimento oficial do Dia Nacional do Sargento torna evidente o seu contributo para a dignificação do ser-se Sargento e para o reforço da coesão e disciplina militar. Será o merecido reconhecimento pela obra dos Sargentos!

Mas importa que esta efeméride não se resume a meros actos comemorativos ou evocativos. O “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, aonde quer que os Sargentos se reúnam para o assinalar, deve ser também um momento de recordar as vitórias obtidas por meio da luta associativa, organizada em torno da sua associação representativa, a ANS, bem como ocasião para discutir, analisar e reflectir sobre as matérias que nos devem manter informados, disponíveis e determinados para continuar a lutar pela defesa dos nossos direitos, pelas condições socioprofissionais e pela dignificação da condição militar.

Estamos a atravessar um período de grande significado na vida democrática da nossa associação: o processo eleitoral para os órgãos sociais para o biénio 2025/2026, dando continuação à corajosa caminhada iniciada há quase 36 anos.

Uma nova etapa se nos coloca. Tal como as anteriores, também esta, não se avizinha nada fácil, mas também como no passado sa-

beremos enfrentar colectivamente, com coragem, determinação e unidade, os ataques à condição militar, aos nossos direitos e à instituição militar.

Saibamos hoje tomar nas nossas mãos a condução do futuro das nossas vidas. Saibamos defender o futuro das gerações que servirão a Pátria portuguesa! Estejamos disponíveis para participar activamente nas iniciativas para as quais venhamos a ser chamados, na defesa dos princípios e valores constitucionais que jurámos, entre os quais se incluem a defesa do direito à saúde para os militares e famílias, a defesa de um estatuto profissional que consagre carreiras dignas e aliciantes. Em suma, o respeito pela Condição Militar!

Não nos deixemos subjugar por preconceitos! Não nos acomodemos. Mas, sobretudo, não nos resignemos!

Por tudo o que aqui se afirma, é fundamental, mesmo na mudança, apoiar e reforçar a Associação Nacional de Sargentos!

E porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos orgulhamos, vamos continuar, com confiança, a construir o futuro, honrando a memória daqueles que hoje homenageamos!

Vivam os Heróis do 31 de Janeiro!

Viva a Associação Nacional de Sargentos!

Vivam os Sargentos de Portugal!

Vivam as Forças Armadas!

Viva Portugal! ▲



Beja



Queluz/Amadora



Tavira



Aveiro



Fóia-Monchique



Leiria/Monte Real



Castelo Branco



Angra do Heroísmo - Açores



Ponta Delgada - Açores



ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA NACIONAL DO SARGENTO PONTA DELGADA - 15FEV2025

“Sem percebermos a mensagem do passado nunca trilharemos um futuro consciente!”

Assinalámos em Ponta Delgada, através de actividades associativas desenvolvidas pelo Núcleo da ANS em Ponta Delgada, o célebre dia 31 de Janeiro 1891 onde um grupo de valentes Sargentos pela sua iniciativa, atitude consciente e interessada para com o futuro, abriu portas à conquista dos valores democráticos. São 134 anos da Revolta do Porto, a denominada Revolta dos Sargentos, para os quais o amargo que foram as consequências por terem participado no movimento, obriga-nos a reflectir e fazer a leitura de que ontem, hoje, e amanhã, nada foi, é, nem nos é dado de bandeja, será sempre um processo contínuo, de alerta e posição humilde, que requer o uso da nossa sabedoria, inteligência e perspicácia.

Se mais uma vez o término das comemorações do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” a acontecer na Região Autónoma dos Açores, e com o brinde da direcção nacional da ANS a oferecer-nos a conclusão da longa jornada na Ilha de São Miguel, sentimos uma responsabilidade acrescida para a qual procuramos conforto na história que nos elucida que os ciclos se repetem, e assim honrar anualmente estes Heróis, é partilhar a chama imortal dessa coragem que nos foi confiada, a defesa da dignidade profissional da nossa categoria, um legado imortal a defender com todas as nossas forças. Se eles sonharam, nós não podemos adormecer! Mãos à obra!

Com uma agenda bem preenchida no dia 14 de Fevereiro na Ilha Terceira, a delegação da ANS composta pelos camaradas António Lima Coelho (Presidente da Direcção), João Mata (Secretário da Direcção) e Horácio Pinheiro (membro do núcleo da ANS na Ilha Terceira), chega ao aeroporto João Paulo II em Ponta Delgada pelas 11h25 do dia 15 de Fevereiro, uma manhã de Sábado bem nebulosa, a assídua bruma açoriana, que assim os recebia com todo o glamour que mereciam. Aguardava-os o camarada Francisco Rolo, do Núcleo da ANS em Ponta Delgada,



acompanhado de uma das referências do associativismo militar no âmbito insular (e nacional), sócio nº 16 da ANS, o camarada Mário Rocha.

Não havia tempo a desperdiçar e de imediato fomos aos trabalhos, na freguesia de Santo António, Ponta Delgada, onde um grupo de associados os esperava para o almoço comemorativo, debate associativo e sessão evocativa dos 134 anos da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891.

Deu-se início aos trabalhos pelas 13h30 com uma intervenção do camarada Francisco Rolo, pelo núcleo da ANS em Ponta Delgada, o qual iniciou por cumprimentar a delegação de “luxo” da ANS, a Família Militar, os camaradas presentes, e os camaradas não presentes, pois foi também por eles que ali nos encontrávamos. Seguiu endereçando individualmente palavras de agradecimento e afecto associativo pela sempre presença assídua da Direcção Nacional da ANS nas actividades associativas do núcleo de Ponta Delgada, assim como pelos laços, comunhão de valores e aspirações comuns aos núcleos de Ponta Delgada e Ilha Terceira. Também uma referência à intensa e longa jornada que foram as comemorações do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” de Norte a Sul do Continente, com início na Região Autónoma da Madeira e a terminar na Região Autónoma dos Açores, que mais pareceu a volta a Portugal em bicicleta, com uma etapa rainha a meio, que foi o acto eleitoral para os Órgãos Sociais para o biénio 2025-2026.

“É importante definir objetivos claros para serem alcançados, envolvendo todos no processo!”

Com um novo ciclo prestes a iniciar-se, era essencial o núcleo da ANS em Ponta Delgada definir metas, e eis que algumas ideias foram enumeradas com o intuito de serem colocadas à Direcção Nacional da ANS, tendo como público alvo “Todos os Sargentos”, independentemente da sua situação, “dos mais novos aos menos novos”! Todos precisam trocar ideias, expor preocupações e dificuldades, em suma, um momento de aprendizagem composto não só pela experiência dos veteranos como pelo acesso e difusão de novos saberes pelos mais jovens.

Sem dúvida que foi uma magnífica tarde de Sábado que teve como um dos pontos altos e de grande destaque o papel da Família Militar, quando fomos surpreendidos com a presença da Anabela Sousa no dia do seu aniversário a acompanhar o seu companheiro. Extraordinário!

“Doa a quem doer, quando toca a reunir ninguém nos pára!”

Novos sócios foram “pinados” (expressão carinhosa-

mente usada para o acto de colocar o pin da ANS), partimos o bolo comemorativo, brindámos e, como é apanágio, cantámos “A Portuguesa”.



Terminámos os trabalhos associativos integrados nestas comemorações com o sentimento de que uma chama especial estava incutida, a mensagem e sentido de missão pela dignificação da nossa categoria é e será o foco. Queríamos poder dizer “missão cumprida”, mas desafios e metas a alcançar foram estipuladas, e só nos resta voltarmos ao nosso trabalho, que é simplesmente a defesa das condições profissionais, sociais, éticas e deontológicas dos “cidadãos e trabalhadores em Uniforme”.

Viva a ANS! Viva os Sargentos de Portugal! Viva Portugal!

O Núcleo da ANS em Ponta Delgada ▲



O “31 DE JANEIRO” NO “CORACÃO” DE TERRAS AFRICANAS...

Apesar dos milhares de quilómetros que nos distanciam de Portugal, apesar do exercício de funções diferentes, apesar de a data comemorativa ter sido assinalada uma semana depois (em 7 de Fevereiro de 2025), o “31



de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” foi, também ele, devidamente assinalado e comemorado no “coração” de terras africanas.

Desta feita, reunindo militares dos três ramos das Forças Armadas e com situações que integram Activo, Reserva (fora da efectividade de serviço) e Reforma. Foram os Sargentos (sendo um deles da GNR) que fizeram questão de confeccionar um dos pratos principais do evento comemorativo (bacalhau com natas) integrando um almoço que reuniu mais de 40 camaradas Sargentos e ainda cerca de mais cento e dez Oficiais e Praças.

Onde nem um bolo comemorativo faltou...e onde as palavras e intervenções feitas foram alusivas e congrega-

doras das diversas realidades militares (de cada um dos presentes) mas comuns a uma que se sobrepunha a todos nós: o sermos Sargentos de Portugal!

Manuel Calçada, desde a RCA ▲





AP - 25 anos de Luta

Um quarto de século a 'Defender para Servir'

No passado dia 01MAR2025, no INATEL Caparica, João Mata, Presidente da Direcção, e Luís Bugalhão, Presidente da MAG, estiveram presentes, solidária e fraternalmente, em representação da ANS, no almoço comemorativo dos 25 anos de actividade da Associação de Praças (AP).



Quando, em 24 de Fevereiro de 2000, os estatutos da, na altura, Associação de Praças da Armada foram publicados em Diário da República, havia todo um caminho por abrir no sentido da dignificação da classe de Praças, muito trabalho pela frente.

Mas, como o caminho se faz caminhando, os nossos camaradas avançaram para uma associação socioprofissional que hoje representa as Praças de todos os Ramos. Em 21 de Abril de 2010 os primeiros Órgãos Sociais da, a partir daí, AP tomavam posse.

Muita luta, com avanços e recuos, com perseverança, em iniciativas próprias ou em conjunto com as outras duas APM, a AP obteve vitórias importantes. Pensemos apenas em dois exemplos, estruturantes para a catego-

ria, que em 2000 pareceriam quase impossíveis de atingir: a criação do posto de CMOR e a criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea.

João Mata, nas palavras de felicitação que dirigiu, acabaria por fazer jus a este percurso de luta da AP, fazendo referência a uma situação que havia acabado de acontecer: no dia 28FEV2025, na Assembleia da República, foram rejeitados vários projectos de lei com vista à melhoria de várias das condições que são exigidas aos militares ao nível dos custos da ADM, nomeadamente para que se descontasse apenas 12 vezes por ano e para que esse desconto baixasse para 2,5%.



São muitos os desafios que temos, AP e APM, pela frente. Podem contar, como sempre contaram, com a ajuda, colaboração e solidariedade da ANS para enfrentar esses desafios. A força da união das APM é a melhor arma para os superar. Antes do tradicional corte do bolo, foram agraciados, com diploma e distintivo, os sócios com 25 anos ininterruptos de associado em cerimónia simples e dignificante. Lado a lado, caros camaradas, lograrão mais 25 anos! Parabéns AP! ▲

ANS e SMMP

Por ocasião do 50º Aniversário do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), foi-me solicitado um apontamento sobre a relação que une esta prestigiada organização representativa de classe à Associação Nacional de Sargentos (ANS).

É com gosto que o faço, por eu próprio, hoje, um magistrado judicial jubilado, ter sido, um magistrado do ministério publico. Trata-se de magistraturas distintas: a do MP vocacionada à defesa de *valores de Estado* (não confundíveis com os valores do Governo); a judicial a prosseguir os *valores de justiça*. As duas no sublime propósito de defesa de um Estado de Direito Democrático, tal como proposto no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA).

O SMMP, nasceu, no dealbar da Revolução dos Cravos – em 01 de Fevereiro de 1975, fruto de uma intensa luta dos então Delegados do Procurador da República, pela dignificação da sua classe profissional, o que viria a passar pelo reconhecimento da sua *autonomia*, consagrada no nº 2 do artigo 219º da Constituição de República.

Fiel à sua combatividade e na defesa dos valores de liberdade de associação, o SMMP foi dos poucos sindicatos a participar activamente no 1º Encontro Nacional de Sargentos, que congregou cerca de 4500 Sargentos em Sacavém, no dia 01 de Abril de 1989, daí fundando a ANS em 10 de Junho do mesmo ano.

Constituindo o ministério público uma instituição

hierarquizada, a existência, o prestígio e a alta taxa de filiação (acima de 80%) do SMMP são demonstrativos da vantagem, da compatibilidade e da mais valia que constitui a existência de apenas um organismo representativo de classe (sic. um sindicato) numa estrutura com escalões de hierarquia como é a estrutura militar. O exemplo aí está.

A ANS sempre pôde contar com o apoio e a solidariedade do SMMP particularmente em destaque na esfera jurídica, pelo reconhecimento “de jure” do associativismo profissional militar. E assim porventura continuará, até alcançar a plena maioria em sede de reconhecimento do sindicalismo, a forma mais elevada de consciência gregária e de dignificação de classe profissional, aliás constitucionalmente reconhecida.

Este reconhecimento da ANS é a melhor homenagem que pode votar ao SMMP. ▲

LX- 08.01.2025



António Bernardo Colaço

Meio Século de Existência

50º Aniversário do CSA

O Clube do Sargento da Armada celebrou, no dia 22 de Fevereiro de 2025, 50 anos de actividade, em cerimónia realizada na sua Sede, na Rua das Escolas Gerais em Lisboa.

Na presença de vários convidados civis, militares, do movimento cultural e associativo e também das APM, a ANS fez-se representar com uma delegação constituída por Lima Coelho e Rogério Graça (Presidente e Vice-Presidente da Direcção), e Luís Bugalhão (Presidente da MAG).

Incluída na celebração, a entrega de diplomas e distintivos de ouro aos sócios fundadores e com 25 anos de fidelização (distintivo de prata) antecedeu as intervenções de alguns dos sócios com 50 anos, nas quais se expuseram a história e algumas estórias do Clube.



Na entrega dos diplomas aos sócios com 25 anos, Lima Coelho (que presenteou o Clube com um escudete da ANS) foi honrosamente surpreendido com o convite para entregar o diploma e distintivo de 25 anos de sócio ao nosso camarada Rui Maricato, Presidente da MAG do CSA, e também Vogal da Direcção da ANS.



Seguiu-se a inauguração da Sala 'Sargento Eduardo da Costa', o Sargento esquecido, que foi o primeiro militar português morto em combate na Primeira Grande Guerra Mundial. Com a apresentação efectuada pelo sócio José de Sousa Conteiro (SAJ REF da Armada), os presentes ficaram a conhecer a história deste Sargento enfermeiro que morreu em combate enfrentando as tropas alemãs em Moçambique (ver artigo n'º Sargento 126, para mais pormenores).

Após esta inauguração, Rui Maricato deu por encerrada a cerimónia, após o que se seguiu um beberete. O CSA é uma instituição irmã da ANS. Ambas comungam da mesma demanda: a dignificação dos Sargentos e das suas famílias. Que venham mais 50. Parabéns, CSA! ▲



EUROMIL na Comissão de Defesa Nacional

Portugal Viola Carta Social Europeia

Portugal assinou a Carta Social Europeia (CSE) em 3 de Maio de 1991 e ratificou a Carta Social Europeia Revista em 30 de Maio de 2002, afirmando o seu compromisso para com os direitos sociais e económicos fundamentais, incluindo os direitos laborais, a protecção social e a igualdade de oportunidades.

Enquanto Estado Parte, Portugal aceitou o Procedimento de Queixas Colectivas, que permite aos sindicatos e a outras organizações contestar potenciais violações da CSE. Ao longo dos anos, Portugal tem enfrentado várias queixas perante o Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS), incluindo casos relacionados com os direitos sindicais dos militares e com a protecção contra os castigos corporais. Embora Portugal tenha, de um modo geral, mantido alguma protecção social, há decisões que destacaram áreas que exigem um maior cumprimento das normas da Carta.

Em Maio de 2021, a Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares (EUROMIL), num trabalho conjunto e de apoio à s Associações Profissionais Militares portuguesas, membros desta organização, apresentou a Queixa nº 199/2021 contra Portugal, alegando violações da CSE devido a restrições aos direitos sindicais do pessoal militar. O CEDS declarou a queixa admissível em 25 de Janeiro de 2022.

Como principais alegações, a EUROMIL referiu que Portugal viola o Artigo 5 (*Direito de Organização*) pois é negado ao pessoal militar o direito de formar sindicatos ou de se envolver em actividades sindicais, o que os impede de representar colectivamente os membros em assuntos de interesse económico e social.

Alegou também que viola o Artigo 6§1 e 6§2 (*Direito de Negociação Colectiva*) porque Portugal não promove a consulta conjunta ou a negociação voluntária entre as associações militares e o Ministério da Defesa, impedindo a regulação das condições de emprego através de acordos colectivos.

E alegou ainda que Portugal viola o Artigo 6§4 (*Direito à Greve*) porque os militares proibidos estão proibidos de fazer greve, o que a EUROMIL argumentou não ser necessário ou proporcional.

O Governo português argumentou em sua defesa que as restrições aos direitos sindicais dos militares são justificadas pela Constituição da República Portuguesa (CRP) e pelas leis de defesa nacional, que dão prioridade à segurança nacional e à disciplina militar. Argumentou ainda que os militares têm o direito de formar associações profissionais, mas não sindicatos, uma vez que tal é necessário para manter a coesão e a eficácia das forças armadas, e acrescentou, na sua defesa, que as associações militares já estão empenhadas no diálogo com o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e representam activamente os interesses dos seus membros.

Depois de vários anos de investigação e análise, a decisão do CEDS foi no sentido de considerar que existe violação do artigo 5, pois o CEDS considerou que as restrições impostas por Portugal são desproporcionadas e ultrapassam o que é necessário numa sociedade democrática e, portanto, a proibição geral de os militares constituírem sindicatos não se justifica.

Considerou não haver violação do artigo 6§1, porque, de acordo com as suas investigações, as consultas com as associações militares terão aumentado e existirão mecanismos de consulta. Assim, neste ponto, o CEDS não encontrou qualquer violação do nº 1 do artigo 6.

Mas o CEDS considerou que também existe violação do nº 2 do artigo 6, pois Portugal não promove suficientemente os mecanismos de consulta conjunta ou de negociação

colectiva para os militares, privando-os de protecções essenciais para os trabalhadores.

Relativamente ao artigo 6§4, considerou não haver violação pois o CEDS observou que o direito à greve não é o único meio de alcançar efectivamente os resultados da negociação colectiva. Por conseguinte, a proibição do direito à greve para o pessoal militar não constitui uma violação do nº 4 do artigo 6.

Em conclusão, o CEDS decidiu que Portugal está a violar vários artigos da CSE, que assinou e ratificou. A decisão enfatiza que o pessoal militar deve ter pelo menos alguma forma de direitos sindicais e mecanismos de negociação colectiva, semelhante a outros trabalhadores da função pública, como, por exemplo, as forças policiais.

O relatório do CEDS foi transmitido ao Comité de Ministros em 5 de Novembro de 2024 e, de acordo com as regras e regulamentos deste Comité, a divulgação pública só poderia ser marcada para 6 de Março de 2025, quatro meses depois.

Exactamente por esta razão, a EUROMIL solicitou uma audiência à Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República (CDN-AR), nesse mesmo dia 6 de Março, para apresentar as conclusões do CEDS e tecer as considerações julgadas pertinentes, na qualidade de entidade que apresentou a queixa contra Portugal. Foram recebidos na CDN-AR o Presidente e o Membro da Direcção da EUROMIL (Emmanuel Jacob e António Lima Coelho, respectivamente) acompanhados dos presidentes das três associações profissionais de militares portuguesas (ANS, AOFA e AP).



Na sequência da decisão do CEDS na Queixa n.º 199/2021 (EUROMIL v. Portugal), espera-se que Portugal sinta como obrigação alinhar o seu quadro jurídico com a CSE, abordando as violações identificadas no Acórdão. As principais tarefas para Portugal incluem o reconhecimento dos direitos sindicais dos militares, devendo Portugal rever a legislação nacional para garantir que o pessoal militar tem o direito de se organizar e de se envolver em actividades sindicais, tal como exigido pelo artigo 5 da Carta. Isto inclui permitir que as associações militares profissionais portuguesas tenham prerrogativas sindicais e envolvê-las num diálogo social significativo.

Portugal deve ainda facilitar os mecanismos de negociação colectiva promovendo a consulta conjunta entre as associações militares e o Ministério da Defesa Nacional, garantindo que o pessoal militar possa negociar as condições de emprego através de um processo estruturado, tal como previsto no Artigo 6§1 e 6§2.

Deverá ainda proceder à revisão da proibição do direito à greve pois, embora as restrições ao direito à greve do pessoal militar possam ser justificadas por razões de segurança nacional, a proibição total foi considerada excessiva. Portugal deve avaliar se podem ser aplicadas restrições mais proporcionais para conformar com o Artigo 6§4.

Portugal deve ainda apresentar um relatório ao Comité de Ministros sobre as medidas tomadas para dar cumprimento à decisão do CEDS, implementando as medidas necessárias.

Por outro lado, o Comité de Ministros pode recomen-

dar alterações legislativas ou políticas e acompanhar a implementação, ou a sua falta, por parte de Portugal.

A não adoção de medidas adequadas poderá resultar num acompanhamento contínuo e em pressões por parte do Conselho da Europa, instando Portugal a respeitar e a fazer respeitar os direitos consagrados na Carta Social Europeia.

Emmanuel Jacob (Presidente da EUROMIL)

Feliz Dia Nacional do Sargento! 🇵🇹 🇪🇺

Em nome da EUROMIL - Organização Europeia das Associações e Sindicatos Militares e em meu nome pessoal, gostaria de felicitar todos os Sargentos portugueses por esta data especial. Os Sargentos desempenham um papel fundamental nas Forças Armadas, assegurando a coesão, a liderança e o bom funcionamento das unidades militares. O seu empenho, profissionalismo e dedicação são a espinha dorsal de uma defesa forte e capaz.

VIVA A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS!

VIVA OS SARGENTOS DE PORTUGAL!

Estamos juntos na defesa dos direitos e interesses dos militares de toda a Europa! 🇪🇺

8 DE MARÇO DIA INTERNACIONAL DA MULHER



**NEM BELA. NEM RECATADA. NEM DO LAR.
BONITA MESMO, É QUALQUER MULHER QUE SE
LEVANTA. E LUTA!**



**"POR UM MUNDO ONDE SEJAMOS SOCIALMENTE IGUAIS, HUMANAMENTE DIFERENTES E TOTALMENTE LIVRES."
Rosa Luxemburgo**



CURSO DE ADJUNTO DO COMANDANTE, DIRECTOR OU CHEFE



Partindo não só da necessidade de atribuir competências aos recém-promovidos ao posto de Sargento-Mor (SMOR), que denotavam alguma impreparação e desconforto no desempenho da função de adjunto de Comandante, confirmado diversas vezes pelos próprios Comandantes, mas também quiçá talvez na sequência do artigo **“PERFIL DE SARGENTO”**, que publicámos na edição nº 133 do nosso jornal **“O SARGENTO”**, onde pretendíamos abordar expectativas na ascensão ao posto de SMOR, fomos contactados em 2021, ainda que de um modo informal, no sentido de participar num projecto que encontrasse a melhor forma de se lá chegar.

Este projecto deveria ainda perspectivar a valorização e reconhecimento da Carreira do Sargento, pelo que deveria responder a uma série de premissas e em nota nossa, enquadrado nos diversos postos e Leis, iniciando-se com o ingresso no Quadro Permanente (QP), mais concretamente com o Curso de Formação de Sargentos na Escola de Sargentos do Exército (ESE), de onde o Sargento sai com o nível 5.

De salientar que o reconhecimento académico deveria de alguma forma enquadrar a **Lei de Bases do Sistema Educativo** para poder ser reconhecido pelas entidades castrenses, de modo que, para esse estudo, fundamentamo-nos na **Lei nº 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo**.

Pensamos ainda na vertente internacional e nas várias possibilidades do Sargento enquadrar Forças Multinacionais, onde o País tem vindo a projectar Elementos ou Forças Nacionais Destacadas, onde o Sargento assume um papel preponderante e por isso deverá estar também qualificado para desempenhar funções desse cariz, pelo que considerámos existirem Cursos e **Escolas Multinacionais**, onde o Sargento poderá receber esse tipo de formação/qualificação, como é exemplo a **“NATO SCHOOL”** em Oberammergau, na Alemanha.



Constatamos que este projecto, reflectindo o crescente interesse e necessidade por parte da Instituição Militar, se materializou agora com a formação do **1º Curso de Adjunto de Comandante de Director ou Chefe**, o que muito nos congratula e almeja grandes expectativas da nossa parte.

Viabilidades estas traduzidas pelo “feedback” que recebemos dos camaradas que o frequentaram, pela importância que sabemos ter sido dada pela Cadeia de Comando do Exército que sempre esteve presente no decorrer do mesmo e na forma e conteúdos que o mesmo abordou, indo de encontro às que projectámos e com que contribuímos em 2021.

O curso foi de carácter informativo/formativo, não sendo avaliativo e teve moldes semelhantes ao Curso de Comandantes, o que por si só já transmitirá conhecimentos equivalentes ao que estes recebem, o que facilitará, certamente, o desempenho nas funções e a coadjuvar qualquer comando. Assim também se justifica a presença de palestrantes qualificados e das diversas palestras protagonizadas pelas altas patentes da Estrutura Superior, das diversas Direcções, Comandos e Serviços do Exército e de alguns camaradas experientes, que proporcionaram aos auditores uma visão geral do Exército como um todo.

Congratula-nos ainda a referência e enaltecimento dados ao papel do SMOR em todas as áreas (sem excepção), bem como as presenças dos Generais CEME e VCEME ao longo do curso, que é sempre de louvar, para além de ser motivador.

Temos a convicção de que os conteúdos foram adequados e a possibilidade de interagir com pares aos diferentes níveis (Brigada, Regimento, Direcção, Comando e Assessor do CEME), partilhando as suas experiências, serão sempre uma mais-valia a considerar, no entanto, tendo sido o primeiro curso a ser ministrado para este tipo de audiência, a título experimental, com toda a certeza algumas correções poderão ser feitas com vista a uma melhor condução e dignificação do próprio Curso.

Tenhamos ainda em conta, à semelhança do Curso de Comandantes, que este serve para criar e estreitar laços com os pares, troca de conhecimentos e experiências, pelo que alguns assuntos e situações poderão facilmente ser resolvidos futuramente, bastando para isso um simples telefonema entre pares.

Haverá certamente quem critique e não ache necessário, tal como percepcionámos em alguns comentários antes do mesmo ter sido implementado. No entanto, devemos manter os egos de lado, uma vez que não se sabe tudo e devemos manter abertura para receber sempre mais algum conhecimento, o que, com certeza, mal não fará.

Só assim os Sargentos estarão melhor preparados para desempenhar as funções, coadjuvar condignamente os seus Comandantes, serem exemplares e granjear o devido respeito e apreço por chefes e camaradas mais modernos, dignificando ainda mais a categoria à qual pertencem.

Resta-nos acreditar que estamos no bom caminho, com a abertura necessária para que os objectivos sejam aqueles para os quais contribuímos, extensíveis a todos os postos da categoria e com o real propósito da melhoria da carreira e do reconhecimento académico tão almejado e não como já ouvimos falar na tradução do reconhecimento de apenas uma simples **despesa de representação** com intenções de retenção e perverso intento de divisão da categoria, que não serve de todo o espírito de camaradagem ou qualquer outro valor institucional.

Um sargento devidamente identificado ▲

BREVES

ANS no XXII Congresso do PCP

A ANS esteve no Congresso do PCP, respondendo aos convites feitos à Direcção e ao Director d'O Sargento. Estiveram presentes vários camaradas em representação da Associação, entre várias outras entidades, nos 3 dias (13-15DEZ2025) em que decorreu o Congresso. ▲



Carlos de Almada Contreiras, 1941-2024

Em 19DEZ2024, o Militar de Abril CMG REF Almada Contreiras partiu para a sua última viagem. Há 50 anos, foi ele quem indicou ‘Grândola Vila Morena’, de José Afonso, como senha para o início das operações do 25 de Abril.

Nascido em Aljustrel, Beja, cedo se envolveu na luta pela liberdade e a democracia, tendo participado activamente na redacção do Programa do MFA (Movimento das Forças Armadas). Até sempre, camarada Almada Contreiras! Descansa em paz. ▲



Novos Órgãos Sociais da ASPP/PSP tomaram posse

No passado dia 04FEV2025, a ANS esteve presente na Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ASPP/PSP que dirigirão os destinos daquela associação sindical nos próximos 4 anos. Lima Coelho, na sua intervenção, reiterou a importância da colaboração entre organizações das forças e serviços de segurança e a ANS, dentro do conceito de trabalhadores e cidadãos em uniforme. ▲





ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

A reconhecida importância das Visitas/Palestras a realizar pela ANS nas inúmeras Unidades/Estabelecimentos/Órgãos das Forças Armadas, a par da normal actividade de apoio aos associados, acrescidas da programação para as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” e da necessária preparação de todo o processo eleitoral que elegeu os Órgãos Sociais para o biénio 2025/2026, exigiram de todos os dirigentes uma grande entrega e disponibilidade para conseguir responder a todas as solicitações e actividades.

Desta intensa actividade associativa apresentamos um resumo:

10 e 11DEZ – Reunião da Direcção da EUROMIL, em Bruxelas. ANS representada por L.Coelho;

12DEZ – Visita/Palestra da ANS na BA1, em Sintra. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Pereira, J.Mata, L.Bugalhão e V.M.Alves;



13, 14, 15DEZ – Convite para o XXI Congresso do PCP, em Almada. Delegações da ANS compostas por L.Coelho, J.Pereira, L.Bugalhão e A.Martins;

16DEZ – Reunião das APM com o Sindicato Independente dos Médicos, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

17DEZ – Visita/Palestra da ANS no EMGFA, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, L.Bugalhão e V.M.Alves;



18DEZ – Reunião com sargentos do RAAA1, em Queluz. ANS representada por L.Coelho e V.M.Alves;

08JAN – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

09JAN – Visita/Palestra da ANS no CTOE, em Lamego. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Assunção e L.Bugalhão;



15JAN – Reunião com Sargentos da FAP na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e J.Mata;

21JAN – Visita/Palestra da ANS na AFA, em Sintra. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Mata e L.Bugalhão;



23 e 24JAN – Visita/Palestra da ANS no RG3, no Funchal, Madeira. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Mata e J.Mendes;



24 e 25JAN – Início das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Caniço de Baixo, Região Autónoma da Madeira. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Mata e J.Mendes;

27JAN – Reuniões na sede social, em Lisboa, com os dirigentes L.Coelho, F.G.Silva e R.Graça;

29JAN – Reunião no Clube de Praças da Armada, na Cova da Piedade, entre os dirigentes das cinco estruturas associativas (CSA, CPA, ANS, AOFA e AP) preparatória da comemoração do 51º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;



30JAN – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Vila Real/Lamego. ANS representada por L.Coelho, J.Mata e A.Assunção;

30JAN – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Viseu. ANS representada por R.Graça e V.M.Alves;

30JAN – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Chaves. ANS representada por H.Costa e F.L.Silva;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Porto. ANS representada por L.Coelho, J.Mata, J.Torres, H.Costa, A.Assunção, J.P.Leitão, F.L.Silva e R.Santos;

31JAN – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Abrantes. ANS representada por J.Galvão e P.Santos;

31JAN – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Évora. ANS representada por F.G.Silva e V.M.Alves;

31JAN – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Castelo Branco. ANS representada por J.Galvão e P.Santos;

01FEV – Comemorações centrais do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” e Assembleia Geral Eleitoral, em Lisboa;



02FEV – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Tavira. ANS representada por L.Coelho, R.Graça e J.Mendes;

02FEV – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Monchique-Fóia. ANS representada por L.Coelho, R.Graça e J.Mendes;

03FEV – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na BA1, em Sintra. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

04FEV – Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ASPP/PSP, na Faculdade de Direito, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão e V.M.Alves;



04FEV – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Leiria/Monte Real. ANS representada por L.Coelho, J.L.Silva, L.Bugalhão e V.M.Alves;

05FEV – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Aveiro. ANS representada por A.Assunção;

05FEV – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” no Entroncamento. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, J.Torres e L.Bugalhão;

06FEV – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Beja. ANS representada por L.Coelho, J.Galvão e V.M.Alves;

11FEV – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Queluz/Amadora. ANS representada por L.Coelho, C.Colaço, J.Galvão, V.M.Alves e N.Bento;



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

12FEV – Reunião com sargentos da FAP, na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
 12FEV – Reunião com FUR/DFA, na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
 12FEV – 24ª e última reunião ordinária dos Órgãos Sociais 2023/2024, na sede social, em Lisboa;
 13 e 14FEV – Visita/Palestra da ANS no RG1, em Angra do Heroísmo, Terceira, Açores. Delegação da ANS composta por L.Coelho e J.Mata;



14FEV – Comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Angra do Heroísmo. ANS representada por L.Coelho e J.Mata;
 15 e 16FEV – Encerramento das Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” em Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores. ANS representada por L.Coelho e J.Mata;
 20FEV – Apresentação de uma queixa na Provedoria de Justiça sobre a situação dos FUR/DFA que estão sendo pagos como Cabos de Secção. Exposição da autoria de R.Gonçalves. ANS representada por L.Coelho;
 22FEV – Cerimónia comemorativa do 50º aniversário do CSA, na sua sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, R.Graça e L.Bugalhão;



23FEV – No Lagar de S.Vicente, em Telheiras, Lisboa, Cerimónia da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ANS para o biénio 2025/2026;
 25 e 26FEV – Reunião da Direcção da EUROMIL, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
 27FEV – Reunião de dirigentes das APM com o Presidente da EUROMIL, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por J.Mata, R.Graça, L.Bugalhão e L.Coelho;



01MAR – Cerimónia comemorativa do 25º aniversário da AP, nas instalações do INATEL, Costa de Caparica. ANS representada por J.Mata e L.Bugalhão;



06MAR – Delegação da EUROMIL recebida em audiência na CDN-AR. ANS representada por J.Mata;



11MAR – “Porto de Honra” de solidariedade e apoio aos “13 Bravos do Mondego”, na sede social da ANS, em Lisboa;
 12MAR – Reunião ordinária dos Órgãos Sociais da ANS – 2025/2026, na sede social, em Lisboa.

À hora do fecho desta edição do jornal “O Sargento” estão em preparação diversas iniciativas no âmbito da actividade associativa, tais como, audiências com diversas entidades institucionais para apresentação dos novos Órgãos Sociais, a Assembleia Geral de Apresentação de Contas e Plano, bem como outras iniciativas de carácter socioprofissional e reuniões e/ou palestras junto dos Sargentos.

Destas actividades daremos conhecimento na próxima edição do nosso jornal.▲

ÚLTIMA HORA

**Solidariedade e Apoio!
Princípios e valores de que
não abdicamos!**



No dia 11 de Março de 2025, a ANS promoveu um “Porto de Honra” de solidariedade e apoio aos “13 Bravos do Mondego”, exactamente dois anos passados sobre a situação ocorrida no NRP Mondego, quando se encontrava em missão na Região Autónoma da Madeira.

Ao longo destes dois anos estes quatro Sargentos e nove Praças da Marinha foram confrontados com situações indesejáveis, tendo sido inclusivamente colocada em causa a capacidade de subsistência económica, suas e das suas famílias, quando alguns viram as suas folhas de vencimento colocadas a zero, numa clara situação de desrespeito pela lei em vigor.

Na próxima edição do jornal “O Sargento” daremos mais informações acerca desta (e de outras) jornada de solidariedade.

Breve Mensagem de

António Lima Coelho



Camaradas,

Na tarde de ontem, 23 de Fevereiro de 2025, cessei as minhas funções como Presidente da Direcção da ANS.

Desempenhei este cargo desde o ano 2000, quando fui pela primeira vez eleito na Assembleia Geral Eleitoral que decorreu, a par das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, na Voz do Operário, em Lisboa (com um interregno no biénio 2015/2016, em que foi eleito o nosso camarada José Gonçalves, e no biénio 2017/2018, em que foi eleito o nosso camarada Mário Ramos) até ao Acto de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais para o biénio 2025/2026 que decorreu ontem.

Não há palavras para agradecer, profundamente, a todos os elementos que integraram os sucessivos Órgãos Sociais a que presidi, que me ensinaram tanto, de bom e de mau, que me deram todo o apoio necessário nas circunstâncias mais difíceis que também atravessámos, que fizeram com que fosse possível ter tido o elevado privilégio de ter sido a voz e a cara visível de uma classe profissional nem sempre devidamente reconhecida e valorizada na sociedade em geral e mesmo no seio da Instituição Militar, pese embora os discursos elogiosos em dias festivos.

Uma palavra de grande apreço, também, para a Massa Associativa, razão principal da existência de uma estrutura com as características da nossa ANS. Sem Massa Associativa não se justificaria sequer a nossa existência!

Aos corajosos e determinados camaradas João Mata - Presidente da Direcção, Luís Bugalhão – Presidente da Assembleia Geral, José Galvão – Presidente do Conselho Fiscal, e respectivas equipas de valorosos dirigentes, expresso votos de maiores sucessos nos cargos agora assumidos e nas muitas e variadas tarefas que têm pela frente.

Sei que sabem que sempre que entenderem necessário e sempre que “tocar a reunir”, direi “PRESENTE!” nas trincheiras dos combates em que tenhamos de lutar pelo reconhecimento, pela valorização, e pela dignificação da Condição Militar e dos SARGENTOS DE PORTUGAL!

Obrigado por tudo e até breve, camaradas!

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2025



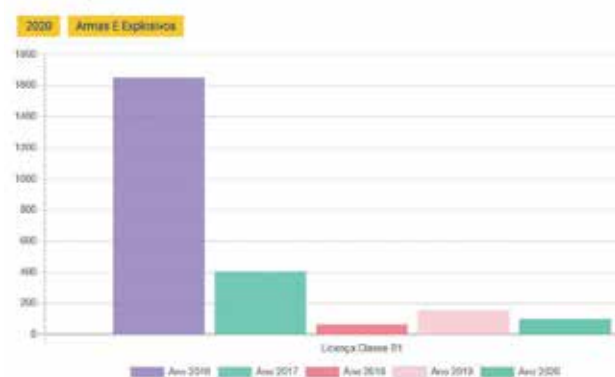
ARMAS DE DEFESA

Acontecimentos recentes trazem à discussão pública o assunto das armas em Portugal, quer seja pelos vários crimes recentemente cometidos com armas ilegais, a apreensão de armas pelas forças de segurança a grupos de crime organizado, quer pelo vídeo partilhado em redes sociais de militares exibindo as suas armas, o que lamentamos.

Fazendo um enquadramento geral, ao longo dos últimos anos, Portugal tem vindo a sofrer alterações legais nesta matéria e neste sentido, uma das acções concretas levadas a cabo pela PSP, foi o desarmamento de cidadãos nacionais, que tinham Licença de Uso e Porte de Arma (LUPA) para defesa pessoal. Pode ler-se numa notícia do JN de 22 de Fevereiro de 2019 «O número destas licenças [designadas tecnicamente de B1] vai reduzir drasticamente por força da opção do director nacional da PSP, em linha com o que é praticado na União Europeia [UE]»⁽¹⁾, «Este oficial recorda “um passado histórico, cultural e social, que desde 1949 permitiu ao Estado, pelo menos até 2006 (data da publicação do novo regime jurídico das armas e munições) atribuir estas licenças com muita facilidade - o que originou um número exagerado de cidadãos que tinham armas de defesa, com todos os riscos associados de acidente, furtos, homicídios, entre outros”»⁽¹⁾ A opção do então director nacional da PSP fundamentou-se num hipotético risco, devido ao que considerou ser um elevado número de armas legais.

O gráfico demonstra a redução drástica dos licenciamentos (Fig. 1), as licenças eram válidas por cinco anos e à medida que iam caducando, não eram na sua maioria, renovadas. O que implicou um desarmamento forçado destes cidadãos, sob a premissa «O estado assume a defesa dos cidadãos».

Licenças Classe B1 Emitidas



<https://www.psp.pt/Pages/estatisticas.as> (Fig.1)

Parece evidente que a existência, circulação e uso de armas ilegais continuou, tendo em conta as notícias frequentes que dão conta de crimes com recurso a arma de fogo, assaltos à mão armada, ajustes de contas entre membros de grupos criminosos, confrontos em bairros problemáticos, homicídios, etc. Verifica-se também um aumento de violência com recurso a armas contundentes e estas são facilmente acessíveis. A meu ver, o único efeito desta campanha de desarmamento, foi deixar os cidadãos sem possibilidade de terem meios de se defender, na mesma proporção de letalidade do tipo de ameaça crescente e efectiva, num país com menos polícias, com menos autoridade e uma postura legal ilógica. Um completo antagonismo com a premissa «O estado assume a defesa dos cidadãos».

Inferese assim que não há uma visão política, nem da PSP, que indique que Portugal caminhe no sentido de encarar com outra perspectiva a questão das armas de defesa pessoal, devidamente manifestadas e concedidas a quem prove ser elegível a este direito. Com este panorama, que poderia ser aprofundado com mais dados con-

Entrega de Queixa na Provedoria de Justiça



No dia 20FEV2025, o Presidente da Direcção da ANS, acompanhado do sócio Rui Gonçalves, fez a entrega de uma queixa na Provedoria de Justiça, no Palácio Vilalva, na Rua Marquês de Fronteira, em Lisboa, face à ausência de respostas e/ou de propostas de solução depois de várias iniciativas junto do poder político e da Assembleia da República.

cretos e fundamentação estatística, importa entender a relevância do que digo a seguir, pois aqui pode aplicar-se a fábula da rã a cozer na panela.

A lei portuguesa concede a Isenção de LUPA a elementos que integrem alguns cargos em órgãos estatais, entre eles estão os Militares dos Quadros Permanentes das Forças Armadas. Inerentemente à profissão de ser militar estão associados alguns riscos, aqueles que o desempenho das funções contempla, e podemos considerar também que os militares são por si só, elementos expostos a ameaças, pela própria natureza da profissão. Um militar é sempre um alvo, e na Era do terrorismo, atacar fora do campo de batalha não está excluído das opções e, além disto, há sempre a ameaça do crime de rua, que afecta a todos. Sendo os militares, o recurso humano activo, na defesa com o sacrifício da própria vida, dos interesses nacionais, é legítimo e fundamental que também detenham meios de se defender a si próprios e às suas famílias contra todo o tipo de ameaças, um inquestionável e necessário dever, que está, e muito bem, assegurado no EMFAR.

Contudo, em Portugal há um obstáculo a este direito, a insularidade. Há um forte constrangimento em circular dentro do país fazendo-se acompanhar da sua arma de fogo de defesa pessoal. Para quem vive nas ilhas portuguesas, ou nelas tem de prestar o seu serviço, confronta-se com os custos de transporte de arma, cobrados pelas companhias aéreas SATA (2) e TAP (3). Cito estas duas pois são as nacionais e as que têm comparticipação de fundos do Estado. Até meados de 2021, a SATA garantia gratuitamente este serviço, porém, alterações nas políticas da companhia fizeram com que o transporte de armas passasse a ser cobrado no valor de 55€ por peça, para cada lado. Na TAP são 75€. Uma medida que afectou desde logo atiradores desportivos, caçadores, militares, forças e serviços de segurança, coleccionadores, entre outros. As viagens de ida e volta para residentes açorianos têm um custo máximo de 134€ e para os madeirenses de 85€, com transporte da arma de defesa pessoal é cobrado o valor de 110€ na SATA e 150€ na TAP. Ou seja, uma viagem pode custar mais do dobro. É punitivo!

Este assunto não tem sido debatido, nem abordado por ninguém com responsabilidades de tutela e zelo pelos nossos interesses legítimos, provavelmente por

A queixa baseia-se na situação de um grupo de cidadãos, Furriéis Deficientes das Forças Armadas (FUR/DFA) que foram confrontados, nos boletins das respectivas pensões, com a “despromoção” a Cabos de Secção, não tendo em conta a categoria militar a que pertenciam, mas por motivos meramente economicistas. Estes cidadãos querem continuar a ser tratados e considerados Sargentos, categoria em que serviram Portugal nas Forças Armadas.

O número de cidadãos FUR/DFA, abrangidos por esta situação, pouco mais de trezentos, torna-se tragicamente mais pequeno em cada ano que passa, porque a “Lei da Vida” a isso conduz. Não é aceitável que quando restarem umas pequenas dezenas ou unidades, se venha a legislar, dizendo que se resolveu este problema, mas cuja justiça não foi aplicada em vida dos interessados.

No passado dia 03MAR2025 a Provedoria de Justiça informou a ANS de que à queixa já foi atribuída uma referência e que a situação vai agora ser analisada, sendo prestada informação sobre a sequência que a mesma mereceu, logo que possível. Informaram ainda que a Provedora de Justiça pode, caso tal se justifique, dirigir propostas ou recomendações às entidades competentes, as quais, porém, não são vinculativas.

desconhecimento. Desta forma deixo aqui o registo deste problema que em silêncio tem afectado o direito ao uso e porte de arma e a carteira e de muitos dos nossos camaradas, que não têm alternativa e não foram ainda ouvidos. O direito à defesa pessoal não nos está a ser retirado, mas está a ser fortemente condicionado!

Comecei por expor a situação em relação aos civis para mostrar a tendência e a lógica de quem tem, actualmente, poderes de decisão, e também o cenário nacional relativamente à segurança interna. As companhias aéreas cumprem um serviço inquestionavelmente essencial para desenvolvimento das regiões autónomas, contudo, quando não abrangem certos serviços isso afecta a região na mesma medida de forma inversa, quanto ao tiro desportivo e actos venatórios, estas regras isolam a região. Não será simplista pensar que, se as companhias aéreas se escudam do argumento “desenvolvimento da região” e “unir o país” para garantir fundos públicos, estatais ou europeus, então que se acautelem todas as situações. Não fazer nada nesta situação poderá demonstrar que somos vulneráveis a outro tipo de restrições em prejuízo dos nossos direitos. Devemos ser ativos na defesa dos direitos quando são “mordidos” mesmo que por empresas, estadualmente esperamos todos que nunca se perca o juízo.

Sobre o uso e porte de arma, importa assentar aqui algumas considerações. Os militares são quem detêm em mãos as armas cinéticas mais letais do país, essa é a nossa essência, dominar a operação delas. São também os militares que têm a capacidade de julgar em momento próprio a letalidade, esse é o nível de idoneidade e de preparação que se exige a quem comanda e a quem executa. Qualquer militar está intrinsecamente preparado e treinado para possuir armas pessoais de qualquer tipo e sempre mantendo o princípio da responsabilidade, seriedade, descrição e conhecimento das leis.

Daniel Rodrigues ▲

¹ <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/22-fev-2019/bang-bang-ssp-em-guerra-contra-as-armas-zero-novas-licencas-em-2018-10596816.html/>

² <https://www.azoresairlines.pt/pt-pt/informacao/bagagem/armas-municoes>

³ <https://www.flytap.com/pt-pt/informacoes/bagagem/armas-municoes>